



CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**ATA – AUDIÊNCIA PÚBLICA – “ENFRENTAMENTO CONTRA A
VIOLÊNCIA ÀS MULHERES” – 31/08/2023**

Ata da Audiência Pública sobre “ENFRENTAMENTO CONTRA A VIOLÊNCIA ÀS MULHERES.” Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia. A Câmara Municipal de Ponta Porã recebe a todos para juntos participarmos da audiência pública sobre enfrentamento contra a violência às mulheres, a fim de assistirmos palestras e experiências sobre o tema. Sejam todos bem-vindos. Para compor a mesa de autoridades, convidamos a excelentíssima senhora vereadora Kamila Alvarenga, presidente em exercício desta Casa de Leis. Convidamos o excelentíssimo senhor vereador Agnaldo Miudinho, secretário Ad Hoc e líder do prefeito. Convidamos a excelentíssima senhora Dra. Paula Consalter Campos, primeira-dama do município de Ponta Porã. Convidamos a Dra. Thiele Dias de Alencar Pitã, Dra. Daniele Eloise Toledo. Dra. Rayane Caroline Almeida Passos. Dra. Mariane Cristine de Souza. Convidamos as senhoras e senhores vereadores para ocuparem seus lugares no plenário. Vereadora Lourdes Monteiro. Convidamos a todos para juntos cantarmos o hino nacional brasileiro, letra de Joaquim Osório Duque Estrada e música de Francisco Manuel da Silva. E, na sequência, o hino à Ponta Porã, letra do professor Isaac Borges Capilé e música do subtenente Aniceto. Na sequência, convidamos a excelentíssima senhora vereadora Kamila Alvarenga, presidente em exercício da Câmara Municipal de Ponta Porã, para a declaração de abertura. Bom dia a todos. Em nome da transparência, da moralidade e da democracia, declaro aberta a presente audiência pública para tratar do tema Enfrentamento contra a violência à mulher. Solicito ao vereador Agnaldo Miudinho sua fala. Bom dia a todos. Solicito aos participantes que se encontram no plenário, que observem as inscrições na lista com a servidora Bel, para fazer os questionamentos e usar a palavra para contribuir com esta audiência. Convidamos para fazer uso da palavra a excelentíssima senhora vereadora Kamila Alvarenga, presidente em exercício desta Casa de Leis. Hoje estamos aqui todos reunidos com o objetivo de conscientizar toda a sociedade civil pelo fim da violência contra a mulher. Eu aqui, enquanto representante do povo assim





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

como meus nobres colegas vereadores, precisamos estar a par dessa realidade. Da importância do evento para que isto seja um intercâmbio entre instituições. Um dos instrumentos mais importantes para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres é a Lei Maria da Penha. Mato Grosso do Sul tem a maior taxa de feminicídio do Brasil, 3,5 a cada 100 mil mulheres. E também lidera o ranking nacional com a maior taxa de assassinatos. Nós precisamos de mais ofertas de serviços, projetos voltados para as mulheres vítimas de violência e um olhar diferenciado para as áreas rurais e as aldeias indígenas, por meio de políticas públicas, para atender principalmente as mulheres em situação de vulnerabilidade social. Esse é o nosso desafio, chegar às mulheres que são privadas de liberdade dentro de suas casas, que não podem sair para trabalhar, que sofrem da dependência financeira, que não podem estudar, que dependem exclusivamente do companheiro para sua sobrevivência, sua sustentação e preferem continuar no ciclo de violência, e de isso vai passando de ciclo em ciclo. É importante que apoiemos a rede de proteção às mulheres vítimas de violência, não somente no âmbito da segurança pública, mas também da assistência social e saúde. Eu coloco aqui a importância de existir, dentro das unidades de saúde, uma equipe multiprofissional para atender essas mulheres, porque é o primeiro lugar que a mulher procura dos seus cuidados. E por isso que todos nós aqui precisamos nos aperfeiçoar cada dia mais nessa pauta. Desejo a todos uma excelente manhã de trabalho e aprendizado. Senhora Presidente, eu gostaria de quebrar um pouco o protocolo. Quero pedir que a vereadora Lourdes venha ocupar o meu lugar na mesa, que essa mesa, com certeza, vai ficar mais bonita, só com mulheres, eu vou ao lado da minha esposa, assistir com você essa audiência. Professora Lourdes, por favor. Convidamos para fazer uso da palavra a excelentíssima senhora doutora Paula Consalter Campos, primeira dama do município. Bom dia a todos. Eu quero primeiro agradecer o convite Kamila, a oportunidade de a gente fazer uso desse espaço de fala para seguir trabalhando no enfrentamento da violência contra a mulher. Muito obrigada. Eu saúdo a todas as autoridades da mesa, as nossas palestrantes. Peço Vênia, para fazer isso em nome da vereadora Lourdes, que acabou de compor a mesa. Saúdo e cumprimento a todos os presentes, a todas as





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

autoridades que nos acompanham aqui da plateia. Agradeço a presença de todos vocês, porque isso demonstra e reforça a importância de encontros como esse. É imensamente gratificante quando a gente percebe que as autoridades constituídas do município se preocupam com os problemas enfrentados aqui no município, no nosso estado e no nosso país. Eu aproveito essa oportunidade para falar um pouco para vocês das ações que vêm sendo desenvolvidas no município no enfrentamento à violência. Nós comentávamos há pouco aqui que o ano acaba e o agosto não acaba, do tanto que trabalhamos e caminhamos juntos, fortes, nesse empenho, nessa jornada de conscientização. Porque enfrentamento da violência, a gente acredita que passa primeiro pelo trabalho de conscientização da população. Primeiro das mulheres, que são as vítimas, para que elas percebam e para que elas consigam identificar quando estão em situação de violência, porque nós temos aí inúmeras formas de violência, talvez a mais gritante delas seja a violência física e o feminicídio. E algumas mulheres, em função disso, talvez não percebam que estão em situação de violência e, conseqüentemente, não trabalham, para sair desse quadro. E a gente faz um trabalho forte também de conscientização dos agressores. É importante que os homens, que na maioria das vezes são os agressores, recentemente, salvo engano, no evento de abertura do Agosto Lilás, eu particularmente me surpreendi com a informação de que nós já estamos nos deparando com mulheres agredindo outras mulheres em relacionamentos homoafetivos. Eu desconhecia, confesso que desconhecia isso. Mas ainda, na maior parte das vezes, os homens são os agressores e nós precisamos falar com os homens. E, nesse agosto lilás, nós estruturamos as ações no município nessa vertente. Nós vamos falar com as mulheres, mas nós também vamos alcançar os homens. E por que isso? Porque a gente entende que esse problema tem como causa uma cultura política, uma cultura social. Essa diferença de gênero que motiva a violência, ela não é causada, propriamente dita, entre as diferenças que nós observamos entre homens e mulheres. Porque, de fato, essas diferenças existem. Mas a causa da diferenciação de gênero, nós acreditamos que não é isso. É uma construção de uma sociedade patriarcal, de uma sociedade machista, e nós só mudamos esse quadro com um trabalho forte de conscientização. Eu comentava também há pouco que nós acreditamos





CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

que esse trabalho de conscientização precisa continuar intensificado ao longo de todo o ano. O Edu disse, na abertura do Agosto Lilás, que o Agosto Lilás sejam todos os meses, que a gente não pare nesse trabalho de conscientização, porque é extremamente importante que as mulheres, que as vítimas de violência, continuem tomando conhecimento das ações, das oportunidades de mudança da sua realidade. E é extremamente importante que os homens, que na sua maioria das vezes trazem um histórico de agressão, participaram, integraram uma família onde viram sua mãe sendo violentada, que eles percebiam que é possível quebrar esse ciclo. Então, nós temos que trabalhar, sim, com a punição, com a repressão, mas nós também precisamos trabalhar com a prevenção. Conversando com a Vera essa semana, a Vera dizia, Alguns homens têm gatilhos que os levam a agredir. E é importante que nós façamos um trabalho de conscientização para que esses homens identifiquem quais são os seus gatilhos e tratem a causa. É assim que a administração pública vem trabalhando no enfrentamento dessa chaga na sociedade. E nós não paramos agora no Agosto/ Lilás. A ideia é que nós intensifiquemos cada vez mais. É importante também trazer o conhecimento de vocês, e eu aproveito e agradeço mais uma vez essa oportunidade, Kamila, porque nós precisamos falar da nossa rede de atendimento, o que existe no município, como funciona no município, para que a vítima saiba que ela tem aonde se socorrer, para que a vítima enxergue no poder público, que muitas vezes é a última porta que ela bate, É a sua última esperança que ela enxergue que ela tem um prefeito, um secretariado e uma esposa de prefeito efetivamente comprometida com essa causa. Que ela enxergue que nós temos parceiros, Defensoria Pública, Polícia Militar, Delegacia de Atendimento da Mulher, Corpo de Bombeiro e inúmeros outros atores que seguem juntos com a gente nessa jornada. Nós não estamos só. E vocês, mulheres, que sejam vítima de violência, vocês também não estão só. Enxerguem na gente, enxerguem nessa rede de atendimento uma mão amiga, um braço que afaga, que acolhe e que trabalha firmemente para contribuir com você, para que você saia dessa situação. Porque ela pode, sim, ser uma situação passageira na sua vida. Nós estamos trabalhando na administração pública, observando princípios da política nacional de enfrentamento da violência contra a mulher. Forte na





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

transversalidade e intersectorialidade. O que quer dizer isso? A gente enfrenta esse problema como um problema complexo. Ele tem inúmeras causas e inúmeros reflexos. Nós temos questões de ordem de saúde pública, nós temos questões de ordem de segurança pública, questões de ordem de educação, questões que implicam no pronto atendimento da assistência social. Isso significa que todas as secretarias municipais devem trabalhar em conjunto no enfrentamento da violência. E esse não é um pedido do Eduardo, isso é uma determinação do Eduardo, que todas as secretarias trabalhem unidas no enfrentamento da violência contra a mulher. Prova disso é que um dos primeiros atos do Eduardo como prefeito da cidade foi a constituição de um comitê intersectorial de políticas públicas sociais e de desenvolvimento. Ali nós temos as secretarias como membro e inúmeros atores debruçados sobre os problemas da cidade para que a gente construa em conjunto as soluções, para que a gente faça o enfrentamento em conjunto. Porque esse problema, ele não é um problema de uma secretaria, de uma pessoa, ele é um problema de todos nós. E quando nós nos colocamos a serviço da população, quando a gente é alçado à condição de um agente político, como o Eduardo está nesse momento, e eu, conseqüentemente, seguindo junto com ele para trabalhar, a gente precisa enfrentar o problema de frente e enfrentar com pessoas também comprometidas. E é assim que a gente vem trabalhando. E é importante também dizer que, olhando para essa chaga e buscando identificar as suas causas, porque é um problema muito complexo, a gente não consegue identificar aqui a causa única disso ou uma relação de causas para que a gente consiga, de um modo mais rápido, vencer toda essa dificuldade. Mas a gente consegue identificar, sim, algumas situações que fazem com que as mulheres continuem sobre o jugo do agressor. E uma dessas, se não uma das mais importantes, é a dependência econômica. E olhando para essa situação, e trabalhando com empatia, sem julgamento, e por onde a gente passa, a gente tem dito que o nosso papel não é julgar. A Vera costuma dizer que as perguntas não devem ser o porquê a mulher continua lá, mas o que nós podemos fazer para contribuir para que ela saia daquela situação de violência. E olhando e enfrentando o problema dessa forma é que a administração pública vem desempenhando ações enérgicas na qualificação das mulheres em situação de





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

vulnerabilidade econômica, social e vítimas de violência. Nós precisamos trabalhar na qualificação dessas mulheres para que haja efetiva geração de renda, para que elas preparem o caminho para sair daquela situação de violência. Eu, particularmente, costumo dizer, se coloquem no lugar de uma mãe de família, com seus filhos pequenos, sem condições de sustentar esses filhos, muitas vezes, sem dinheiro para comprar comida, sem condições de atender às suas necessidades mais básicas. De um lado, ela olha para essas crianças e, do outro, ela olha para o agressor. Mas ela vê no agressor o provedor daquela família. Qual é a opção dela? Ela continua lá. Porque é muito melhor, na avaliação dessa mulher, continuar sofrendo, continuar apanhando, do que deixar seus filhos passarem fome ou passarem necessidades. E, muitas vezes, essa situação faz com que se perpetue a submissão dela ao julgo do agressor. E tendo consciência disso, nós seríamos, enquanto administração pública, agentes políticos, nós seríamos desonestos se nós não enfrentássemos o problema considerando essa causa. E ciente dessa situação é que o município de Ponta Porã, de janeiro até agora, já qualificou mais de 700 mulheres. Nós estamos profissionalizando essas mulheres. E nós não estamos fazendo isso só levando a formação, eu digo, o ofício, ensinando a produzir salgado, ensinando corte e costura. Não, essa qualificação precisa ser multidisciplinar. Essa mulher precisa aprender a trabalhar, mas ela precisa aprender a vender o seu produto, ela precisa aprender como precificar o seu produto, ela precisa ter a sua crença de poder, de possibilidade, de condições de romper com essa violência resgatada. Ela precisa ter a sua saúde psicológica cuidada, a sua saúde mental cuidada. E nós estamos olhando para essas mulheres de forma integral. Daí a importância do trabalho e das políticas públicas desenhadas dentro do comitê intersetorial. Nós estamos com projetos pilotos já rodando, fazendo trabalho de mentoria com essas mulheres. Antes de ontem, nós estávamos na faculdade, e eu acabei esquecendo de contar isso, a Vera falou, você não contou da mentoria das mulheres. E é verdade. Precisamos dizer para a população o que estamos fazendo, porque quando dizemos, mostramos o trabalho e os resultados que estão sendo alcançados, engajamos mais pessoas a seguirem juntos nessa luta. Mais pessoas passam a acreditar na possibilidade de mudança dessa realidade. Eu fico extremamente assustada quando me





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

deparo com estudos que demonstram que nós ainda vamos levar muito tempo para alcançar a igualdade de gênero. Igualdade salarial, o Fórum Econômico demonstra que serão 108 anos para isso. Mais de dois séculos para a gente alcançar a igualdade de saúde, a igualdade de gênero efetiva. Quando eu olho para esses números, eu digo, eu não viverei para ver isso. Mas se a gente continuar trabalhando, nossas netas, nossos netos verão isso. Nossa futura geração vai ver isso. Mas esses estudos não servem para nos desanimar. Eles devem servir como combustível para fazer com que a gente siga batalhando, com que a gente siga enfrentando. Porque mulheres, antes de nós, fizeram isso. E é por isso que hoje, em 2023, a gente pode se reunir em espaços como esse, para debater uma questão que é tão sensível para a nossa população, para a nossa sociedade como um todo. E eu convoco, eu conclamo, eu peço a todos vocês que estão aqui, que se sensibilizem com esse problema, que trabalhem junto com a gente para mudar essa cultura do mimimi, porque violência contra a mulher não é mimimi. Violência contra a mulher é um assunto sério. E eu chamo vocês para seguirem juntos com a gente. Porque, dia após dia, enquanto o Eduardo for prefeito dessa cidade, eu sigo de mãos dadas com ele e com todos os atores envolvidos e comprometidos com o bem da população, forte no enfrentamento da violência contra a mulher. Muito obrigada. Convidamos a vereadora Kamila Alvarenga para fazer a entrega de uma flor à primeira dama. Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades. Excelentíssima senhora Concejal Carolina Iunes de Acevedo, da Junta Municipal de Pedro Juan Caballero, também representando o licenciado Ronald Acevedo, intendente de Pedro Juan Caballero-Paraguai. Excelentíssimo senhor Dr. Rafael Ribas Biziac, defensor público da 2ª Vara Cível. Excelentíssimo senhor tenente-coronel Edson Guardiano de Oliveira, comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar. Excelentíssima senhora, tenente-coronel Cláudia Caroline Rodrigues Ribeiro, comandante do 4º Grupamento de Bombeiros. Excelentíssima senhora Vera Lúcia de Oliveira, secretária municipal de assistência social. Excelentíssima senhora Mirtha Eloísa Landolfi Salinas, secretária municipal de educação, esporte, cultura e lazer. Senhora Dr. Elisângela Ferreira Cristaldo, delegada titular da segunda delegacia de polícia. Senhora Flávia Helena, chefe do Serviço de Promoção dos





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Direitos Sociais e Cidadania da Coordenação Regional de Ponta Porã, FUNAI. Alenir Aquino Ximendes, chefe do CTL de Antônio João. Poliane Fernandes, representando a OAB. Kelly Carolina Herreira, chefe do Cartório. Cléia Morato, coordenadora do CREAS. Estelita Ajala, presidente do Conselho Municipal de Saúde. Andréa Rodrigues, representando o senhor Antônio Ferreira Bueno, diretor. Sociedade Científica dos Estudantes de Medicina, Socem/ Uninter. Jani Mari dos Santos Lopes, psicóloga da UNEI. Justificam também a ausência o comandante do 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado, informa que não pode participar. E senhora Glória Nunes Vera, que está em viagem à Assunção. Neste momento, a mesa será desfeita para darmos início às palestras. Convidamos as autoridades para ocuparem as cadeiras laterais. Em tempo, queremos registrar a presença da senhora Heloise Santana, representando a UNEI. Convidamos a Dr. Thiele Dias de Alencar Pitam para proferir a palestra sobre o tema, Enfrentamento contra a Violência às Mulheres, sob a Perspectiva do Poder Judiciário. Dra. Thiele Dias, atualmente é juíza de direito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, titular da 1ª vara criminal da comarca de Ponta Porã. Foi juíza de direito do estado de 2013 a 2017. É formada e tutora da EFAM, pesquisadora do grupo de pesquisa da EFAM, o GEPDI. Centros de Inteligência e Formação Judicial em Prevenção a Conflitos e Gestão de Precedentes. É mestrada de Direito e Justiça da EFAM e aluna da Especialização Coletivização, Precedentes, Coerência e Integridade do Direito da EFAM. Graduada em Direito pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, em 2009. Com vocês, Dra. Thiele, enfrentamento contra a violência às mulheres sob a perspectiva do Poder Judiciário. Bom dia a todos e a todas. Eu quero inicialmente agradecer o convite que me foi feito aqui pela vereadora Kamila Alvarenga, que hoje, simbolicamente, pelo que eu soube, é presidente em exercício desta Casa de Leis, o que já é, por si só, bastante representativo para nós mulheres, numa audiência pública, em que a gente se reúne para tratar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher. Então, na pessoa da Vereadora Kamila Alvarenga, eu estendo os meus cumprimentos às demais autoridades presentes e a todas as pessoas que hoje se reúnem aqui nesta Casa de Leis. Bom, eu estou muito satisfeita, muito feliz em participar desta audiência pública,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

deste ato público de encerramento a este mês, Agosto/ Lilás. Este mês foi escolhido como mês simbólico para a prevenção e combate à violência contra a mulher, porque a lei Maria da Penha foi publicada exatamente no mês de agosto do ano de 2006, mas como bem ressaltou a primeira dama, o ideal é que todos os meses, que todos os dias a gente pense em construir uma sociedade mais igualitária e menos violenta com a mulher. Eu sou titular, estou titular, estou juíza de direito, titular da 1ª vara criminal daqui de Ponta Porã, há pouco mais de dois anos, e o dia a dia forense me assustou bastante com os altos índices de violência contra a mulher aqui no nosso município. Só para que os senhores e as senhoras tenham uma ideia, só nesse primeiro semestre, de janeiro a julho desse ano, foram distribuídos 325 pedidos de medidas protetivas. É mais de um por dia. Se a gente ampliar esse horizonte para o estado de Mato Grosso do Sul, foram distribuídos mais de 9.702 pedidos de medidas protetivas. Eu repito, mais de 9.000 pedidos de medidas protetivas em nosso estado. No Brasil, nesse primeiro semestre, 862 mulheres perderam a vida. Foram registrados 862 feminicídios. E aí eu fico me questionando como juíza criminal, como juíza que atua na violência doméstica, aonde é que nós estamos errando? Eu me questiono com o tenente- coronel Guardiano que estava aqui, a Dra. Mariane, delegada, o que está acontecendo? Porque, vejam, quando essa questão chega no sistema de justiça, quando chega no sistema policial, nós já falhamos, a rede já falhou, a violência, a agressão já aconteceu com essa mulher. E o olhar que nós temos que ter é um olhar de prevenção à violência contra a mulher. A rede já falhou. E eu fico me questionando também, esses casos, eles não refletem a realidade ainda, esses números são irreais, porque há uma cifra oculta, há evidente subnotificação. Há muitas mulheres que ainda não têm acesso ao sistema de justiça, ao sistema de proteção, à rede de proteção. Então, onde é que nós estamos falhando? Isso nos dá uma pista de que a gente precisa compreender o fenômeno da violência doméstica como um fenômeno complexo, como um fato, um caso que não é só caso de polícia ou só caso de justiça. É um problema de todos nós. E a gente precisa entender que está intimamente relacionado com a nossa cultura. A nossa cultura em que homens e mulheres são iguais apenas na lei, em direitos, mas que no plano fático, em dignidade, o homem ainda se sente superior à mulher. É





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

nesta ferida que nós precisamos tocar. Isso tem um nome. É uma palavrinha chamada machismo. O machismo estrutural que ainda permeia a nossa sociedade. Porque, vejam, crianças, meninos e meninas foram educados de formas diferentes. Pensem na educação que os senhores e as senhoras receberam. Meninas são incentivadas a atividades manuais. Desde os brinquedos até o tratamento que nós como pais e mães damos a essas crianças. E meninos a atividades intelectuais. Qual que é a consequência disso? Homens ocupando cargos de decisão, ocupando espaços de poder. Mulheres restritas ao âmbito doméstico. Isso quer dizer que está errado? Quer dizer que está errado uma mulher escolher livremente cuidar das lides domésticas? Não. Mas quer dizer que Isso não é razão para que ela seja considerada inferior ao homem. Por isso que é bastante simbólico hoje, nesta manhã, estar presente aqui uma delegada de polícia, uma vereadora que preside essa casa de leis, uma primeira-dama engajada com a causa de prevenção à violência contra a mulher, vereadoras, autoridades, mulheres e uma juíza de direito. Isso é simbólico, porque a gente passa o recado para as novas gerações que as meninas também podem ocupar esse espaço de poder, e porque mulher é capaz de pensar em políticas públicas voltadas para a mulher com perspectiva de gênero. É este olhar, é esta lente que nós precisamos ter. E que os homens também devem começar a colocar. E isso também nos traz a pista de que não adianta ficar combatendo violência doméstica só com polícia, só com justiça, só com o judiciário. Nós precisamos tratar desse assunto nas escolas. Nós precisamos educar os nossos jovens. E vejam, eu como juíza da infância, porque eu também sou juíza da infância aqui em Ponta Porã, tenho observado um fenômeno que talvez, se houver aqui nesse plenário profissionais da educação, vão concordar comigo, é a juvenilização do fenômeno da violência contra a mulher. Jovens, meninos, cada vez mais cedo, estão mais violentos, mais agressivos, praticando atos de violência contra as suas namoradas, as suas companheiras. Isso é bastante assustador. Então, a gente precisa tocar na ferida, que é o machismo estrutural. Não adianta ficar tratando os sintomas, que é depois que o ato violento acontece, se nós não refletirmos sobre a mudança que a nossa sociedade precisa ter. Nós precisamos de igualdade de gênero. Pois bem, também a gente não pode deixar aqui como rede, acredito que há vários atores aqui dessa rede de proteção





CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

à violência contra a mulher, a gente não pode sair daqui desta casa de leis hoje, sem entender o ciclo de violência contra a mulher. Isso é algo que tem que estar na ponta da língua de qualquer pessoa que se dispõe a trabalhar nessa área. E por que que a gente precisa entender isso? Eu acredito que todos aqui já têm ouvido falar do ciclo de violência. Num relacionamento, a mulher está numa fase de tensão no relacionamento, em que o homem começa a dar sinais da agressividade, de repente o próximo passo é o ato da violência em si, logo após o ato da violência vem o quê? O arrependimento, o carinho, o pedido de perdão, né? E depois isso retoma. Vem a tensão de novo, a violência, o perdão. A tensão de novo, a violência, o perdão. E por que a gente precisa entender isso como um ciclo de violência? Porque é muito difícil que a mulher consiga romper esse ciclo de violência rapidamente. É muito difícil. Ela vai viver esse ciclo repetidas vezes. Agora, o nosso dever como rede é, toda vez que essa mulher tentar romper esse ciclo, nós temos que estar aqui, à disposição, para que ela tenha todo o atendimento que a primeira dama mencionou, de serviços de saúde, de educação, de capacitação para o trabalho, de polícia, de sistema de justiça, para que ela tenha condições de romper esse ciclo, ainda que não seja a primeira vez. Isso é importante porque às vezes a gente escuta frases assim, mas de novo, acabou de sair da delegacia e ela reatou o relacionamento, já está com ele. Mulher gosta de apanhar. Senhores e senhoras, esse é um tipo de conversa que a gente admite ouvir na esquina lá do botequim, de pessoas desinformadas, que não têm o mínimo de letramento em violência doméstica. Não da gente, não da rede de proteção à violência contra a mulher. Nós temos que estar aqui disponíveis. Às vezes, são anos de relacionamento abusivo para que essa mulher consiga romper o ciclo de violência. Há um outro fator que a gente também tem que entender sobre a dependência. Uma das dependências que foi muito bem enfatizada aqui pela primeira dama, que é a dependência financeira. Eu ousou dizer, não é só a dependência financeira, e que a dependência financeira não é a principal dependência que essa mulher está sujeita num ciclo de violência. Sabe por quê? Porque se fosse assim, as famílias de classes mais abastadas também não viveriam relacionamentos abusivos. E nós sabemos que vivem sim. É que às vezes essas mulheres são mais silenciadas. Por





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

vergonha, mas há muito relacionamento abusivo em pessoas instruídas, pessoas de poder aquisitivo maior. A grande questão é a dependência emocional. Nem sempre num relacionamento abusivo há uma dependência financeira, mas em todo relacionamento abusivo há uma dependência emocional. Dependência emocional essa provocada justamente pela forma como nós mulheres somos educadas. Acreditar que dependemos de homens, que somos inferiores aos homens. A mulher não é educada para emancipação. Por isso é que é tão importante a educação com perspectiva de gênero. Bom, já partindo para o encerramento, então, para não cansá-los muito sobre. Eu acredito que há muitas palestrantes que ainda vão tratar o tema com mais profundidade, para não cansá-los muito sobre essa abordagem aqui, com esse olhar do sistema de justiça, eu como juíza, preciso ter a certeza que os senhores e as senhoras precisam sair daqui, com a consciência de que é um fenômeno complexo, com a consciência de que há violências, há tipos de violências, a violência física é só uma das práticas de violência. Nós temos a violência patrimonial. Quem aqui não conhece a história de mulheres que não têm autonomia, gestão sobre a própria remuneração? Que para comprar algo tem que pedir para o marido. O marido controla as finanças da casa. A violência moral, quem aqui já não ouviu um homem quando termina um relacionamento, quando a mulher está tentando romper o relacionamento, ele acaba com a imagem daquela mulher perante a sociedade. Não vou nem repetir os palavrões que a gente costuma ouvir aqui no nosso dia a dia, no fórum, mas eu tenho absoluta certeza, isso tem nome, é violência moral. A violência sexual, o ato consentido na relação conjugal, no relacionamento amoroso, o ato sexual tem que ser sempre consentido, a mulher não é obrigada a manter relação sexual, isso não é um dever. E a violência psicológica, essa mais comum do que a gente imagina, que permeia diversos relacionamentos abusivos e que está na base de todo relacionamento abusivo e de toda a estrutura patriarcal, em que o homem se sente superior a essa mulher. Então eu espero que todos nós saíamos daqui hoje com mais esperança mesmo de construir uma sociedade mais igualitária, em que a mulher não seja vista como inferior ao homem e com a nossa responsabilidade de educar as próximas gerações. Senão, nós continuaremos a enxugar gelo. Eu também, primeira dama, como a senhora, sinto muito pesar em





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

imaginar que eu não vou ver essa sociedade mais igualitária, porque os estudos realmente demonstram que nós teremos mudanças substanciais daqui a 100 anos, mas se nós pararmos para pensar, nosso direito ao voto foi conquistado, há pouco mais de 100 anos atrás. Então, mulheres lá atrás também tiveram que ser resilientes para conseguir a sociedade que hoje nós temos e para que hoje eu estivesse aqui neste plenário como juíza de direito, falando para os senhores e para as senhoras. Eu quero só encerrar a minha fala, compartilhando aqui um sentimento que eu tenho como juíza, mas, sobretudo, como mulher. Eu vi aqui no gesto simbólico que essa Câmara está dando flores para as palestrantes e, por acaso, vereadora, não foi proposital, eu acho que foi uma coincidência, uma feliz coincidência, a fala, que eu vim com a fala anotada aqui. A frase que eu vim anotar aqui para dizer para os senhores e para as senhoras é o seguinte, é uma frase atribuída a Lia Luft, eu não sei se é realmente dessa poetisa, mas o fato é que resume bem o meu sentimento como juíza e como mulher. Ela adora flores, mas prefere respeito, por mais respeito para as nossas mulheres. Obrigada. Agradecemos as contribuições da Dra. Thieli e convidamos a vereadora Kamila Alvarenga para entregar uma flor à palestrante. Convidamos o excelentíssimo senhor vereador Gelson Bernabé, primeiro secretário da Câmara Municipal, para ocupar lugar aqui nas cadeiras laterais, e também a excelentíssima senhora vereadora Anny Espínola. Agradecemos ainda a presença das autoridades, Adalberto Rodrigues de Oliveira, investigador de Polícia Civil, da Delegacia de Atendimento à Mulher, Fabiana Lino, investigadora de polícia civil da Delegacia de Atendimento à Mulher, Ana Rosa Antun de Lima Benites, Rosa Maria Alencar Carvalho Batista, também da Delegacia de Atendimento à Mulher. Convidamos neste momento a Dra. Daniele Aloysio Toledo para proferir a palestra Tipos de Violência, os Agentes Agressores e as Políticas Públicas Existentes. Dra. Daniele Aloysio Toledo. Dra. Daniela Heloísa Toledo é formada em Direito pela Unigran, pós-graduada em Direito Empresarial pela UFMT, Coach em Formação em Personal e Profissional e Positive Coaching pela Sociedade Brasileira de Coaching. Pós-graduada em Gestão Estratégica de Pessoas pela Unigran. É vice-presidente do Instituto Mulher de Dourados, diretora administrativa da Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, advogada sênior, sócia proprietária da





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Toledo Sociedade Individual de Advocacia. Atua nas áreas empresarial, direito público, civil e familiar. Assistam agora à palestra, tipos de violências, os agentes agressores e as políticas públicas existentes. Em tempo, agradecemos e registramos a presença do vereador Candinho Gabínio, presidente desta Casa de Leis. Excelentíssima senhora vereadora Kamila Alvarenga, presidente deste ato tão bonito, no momento necessário. Em nome de quem eu cumprimento os demais vereadores presentes. Dra. Paula Consalter Campos, primeira dama deste município, que bem nos acolhe sempre. Em nome de quem eu peço vênha para cumprimentar todos os presentes. Meu nome é Daniele Toledo, eu estou aqui como vice-presidente do Instituto Mulher. Fomos, gentilmente, convidadas pela Casa de Leis de Ponta Porã para vir contribuir nesta manhã, falando um pouco sobre esse tema, que embora, no mês de agosto, a gente faça alusão e a gente utilize esse mês como mês de conscientização sobre a violência contra a mulher, e, como bem disse a Dra. Thieli, esse assunto nunca vai se esgotar. Nós, do Instituto Mulher, vou falar um pouquinho sobre a nossa entidade, o nosso instituto, para vocês entenderem o porquê da nossa participação nesta audiência pública. O Instituto Mulher tem três anos só de constituição, e ele é formado por em torno de 47 a 50 mulheres, porque eu não sei exatamente a quantidade de pessoas que formam o Instituto, justamente porque nós percebemos que, realmente, a rede falha quando chega na delegacia e chega no Poder Judiciário Atos de violência contra a mulher. E nós precisamos o quê? Nós precisamos resgatar esses nossos meninos que ainda estão em fase de um crescimento intelectual e de personalidade. Então, o Instituto começou com passos vagarosos, enfrentamos uma pandemia nesse ínterim, que também fez com que a gente tivesse um freio aí nas nossas ações, mas desde então, O Instituto Mulher vem trazendo conscientização, vem trazendo apoio, vem trazendo informação a todas as pessoas que querem abrir a mente e entender que a violência existe e ela existe muito próxima de nós. Isso é sem dúvida. O Instituto Mulher tem dois segmentos. O primeiro deles é a questão da prevenção da conscientização. Nesse projeto que nós temos, nós chamamos de projeto Papo Reto. O que é isso? O Papo Reto é uma conversa sem formalidades, uma conversa com pessoas que precisam ouvir. E eu não estou falando aqui de classe social, não gente, eu estou





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

falando de mulheres que precisam se conscientizar que, muitas vezes, aquele xingamento que ela recebeu ou aquela palavra pejorativa contra ela, isso já é o princípio de uma violência. Então, com o projeto Papo Reto, a gente teve a feliz ideia de começar a levar as empresas lá de Dourados e a visitar escolas municipais, estaduais, particulares, e também, junto com a rede de apoio do enfrentamento, hoje nós temos uma cadeira em Dourados, e queremos expandir aqui em Ponta Porã, onde nós fizemos parte da rede de apoio e nós também vamos, nos CREAS e nos CRAS, levar o papo reto. Esse papo reto nada mais é do que conscientizar as pessoas que precisam saber o que é violência doméstica. Porque, geralmente, quando falamos assim, nossa, ela sofreu violência doméstica. A ideia que vem à nossa mente é um olho roxo, é um braço roxo, é um tiro, é uma facada ou coisa mais grave. E, na verdade, a violência, ela inicia muito antes disso. Ela inicia lá na parte psicológica da mulher, onde ela vai perdendo, de uma certa forma, a autoestima, a ponto dela chegar num momento desse relacionamento e ela entender que o erro é dela. Eu estou errada no meu relacionamento, porque o meu marido fala que a louca sou eu. O meu marido diz que o desequilíbrio é todo meu. Então eu estou errada nesse relacionamento. E aqui já é o momento em que a mulher começa a ter a dependência emocional desse marido, desse companheiro. E é onde ela precisa do apoio. E por isso, então, que nós decidimos ter dois viés no nosso instituto. Um, a de conscientização, não só das mulheres, do que é violência, e também dos homens, para que eles entendam que, às vezes, um empurrão, numa hora, que você está bebendo num momento social, ele pode agravar e ele pode vir trazer consequências nefastas para a família, para a mulher, para o relacionamento, para o filho e todos que estão à volta. E o segundo viés é o de acolhimento. É depois que a mulher já passou pela violência e ela, muitas vezes, por vergonha, E isso é triste, vergonha. A mulher não tem coragem de procurar a delegacia. A mulher não tem coragem de bater na porta da defensoria, ou de um CRAS, ou de um CRES, ou em qualquer outro lugar, porque ela tem vergonha de estar passando por aquilo. Eu vou abrir um parênteses aqui, antes de falar sobre os tipos de violência, para um fato muito recente que nós atendemos em Dourados, que isso impactou para mim profundamente. Uma mulher de 47 anos procurou a UPA. Vamos lá. Uma mulher de 47





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

anos simulou para o marido que estava muito mal para que ele a levasse na UPA. Quando chegou no atendimento da unidade, ela pediu ajuda para a médica que a atendeu. Ela falou, me ajuda, eu não aguento mais. E aí a psicóloga da unidade, a assistente social da unidade tentaram dar ajuda para ela, mas o marido apareceu e ela perdeu toda a força e pediu para se desculpar, que ele não era nada disso, e foi embora. Passados dois dias disso, essa mulher foi encontrada vagando nas ruas de Dourados, totalmente desestruturada emocionalmente, psicologicamente, descalça, e foi levada pelo corpo de bombeiros novamente à UPA. E, coincidentemente, era a mesma psicóloga e a mesma assistência social que estava na unidade. E ela sabedora que nós temos um instituto, nos ligou e pediu ajuda para essa mulher. Ela era mantida em cárcere privado, então todas as vezes que ela precisava sair de casa, ela simulava uma doença para o marido tirar ela de casa. Ela não tinha acesso a celular, e ela não tinha família nenhuma em Dourados. Para resumir a história, nós rapidamente acionamos a Delegacia de Atendimento à Mulher, através da Dra. Ana Cláudia e da Dra. Thais, em Dourados, que acionou a Guarda Municipal e, pasmem, nós resgatamos essa mulher com um banquinho e uma corda prestes a cometer um suicídio. Então, cada vez que nós, do Instituto Mulher, ou nós mulheres, a gente consegue resgatar uma mulher, isso não tem preço. E é por isso que hoje nós estamos todos reunidos aqui como uma semente que talvez, Dra. Paula, demore 100 anos, mas mesmo assim vale a pena. Qualquer um que a gente resgate já está valendo a pena. E falando um pouco sobre os tipos de violência, porque geralmente nós nos atendemos sempre à violência física, que ela é mais aparente, Então, fica fácil de eu ver, porque é uma agressão, é um cortado, é um roxo, é um puxão de cabelo que ocasiona uma lesão. Mas nós temos ainda a violência psicológica, que eu relatei para vocês, que é o tipo de violência que começa devagar, deixando aquela mulher sem estrutura emocional para largar aquele relacionamento que está fazendo mal. Nós temos a violência moral, que, como a Dra. Thieli falou, é aquela violência que expõe a mulher, expõe de uma forma que a sociedade passa a reprimi-la, por um comportamento que talvez ela não tenha, por uma forma de se vestir, porque ela comentou alguma coisa. Sim. Obrigada. E essa violência moral, hoje está muito aí, a gente ouve muito falar, inclusive nós tivemos





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

até com artistas, é o momento em que o homem já dentro do seu machismo, daquele sentimento de dono, o patriarcado, ele filma ou ele tira fotos na sua intimidade dessa mulher e, no momento que o relacionamento acaba ou que está prestes a acabar, ele coloca em todas as redes sociais ou coloca em grupo de amigos para expor aquela mulher ao ridículo, como se aquele ato não fosse uma coisa íntima e natural na vida de qualquer relacionamento. Porque, no momento em que estamos em um relacionamento, você tem intimidade com o seu companheiro ou com a sua companheira, e isso é uma coisa normal. O que não é normal é você utilizar isso para que possa forçar aquela companheira a continuar com você. Isso não é normal. E a violência patrimonial, é aquela violência em que retira da mulher todo o direito de mexer com o dinheiro dela para o que ela quiser. É o momento em que o marido nem mesmo deixa ela ter conta bancária, ou, se ela tem uma conta bancária, obrigatoriamente ele tem a senha. É onde ele determina onde vai ser gasto ou não, pior, é aquele em que marido e mulher trabalham, somente ela sustenta a casa e ele gasta seu dinheiro em outras coisas que ninguém sabe o que é, tornando ela então, a mantenedora da casa e é mais uma forma de transformar essa mulher, sim, dependente daquele relacionamento. E, por fim, a violência sexual. Essa violência, até poucos anos atrás, ela não era tida como um estupro quando a mulher casada era forçada a manter sexo no relacionamento. Isso era tido como uma obrigação. Inclusive, em um dos papos retos que nós tivemos em Dourados, uma senhora de 63 anos, ela relatou isso, porque por muitos anos ela manteve relacionamento com o marido dela, porque ela achava que era obrigação matrimonial. Então, isso é muito duro de ouvirmos. O marido e a mulher têm que ter um equilíbrio para um relacionamento saudável. A partir do momento em que há uma imposição, isso não é mais saudável. E a gente tem que saber identificar isso e saber o momento de que basta, basta, porque, uma vez tendo um ato, esse ato certamente vai ser agravado se ele não for cuidado. Dentro da violência sexual, também são os casos que, muitas vezes, o marido força a mulher a participar de orgias. A gente pensa que é incomum, não é incomum. Forçar a mulher a não utilizar sua vontade própria, forçar a mulher a usar, muitas vezes, objetos, para que ele se satisfaça sexualmente. E isso não é permitido toda vez que a dignidade, o nosso íntimo, a nossa emoção, ela é burlada, vocês





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

podem ter certeza que nós estamos diante de uma violência. E aí vem a seguinte pergunta, quem são os agressores? Porque temos sempre a ideia de que é o marido, ou é o ex-marido, o companheiro, o ex-companheiro, o namorado, o ex-namorado. Mas esse leque é muito maior. O agressor da violência doméstica e a violência contra a mulher pode ser o pai, a mãe, o irmão, a irmã, o cunhado, a cunhada, o primo, a prima, desde que seja uma relação íntima e de afinidade, e desde que a vítima seja uma mulher, todos são encaixados dentro da lei Maria da Penha. E lembrando, porque eu acho que é importante a gente sempre pensar de onde surgiu essa lei Maria da Penha, foi do sofrimento gritante de uma mulher. E ela levou 19 anos para ela ter justiça. São 19 anos de sofrimento. A Maria da Penha passou por um tiro que deixou ela tetraplégica e depois, ainda acreditando naquele relacionamento, ela foi eletrocutada. Vocês imaginem o sofrimento dessa mulher. E ela levou 19 anos para ver reconhecido o infrator como um agressor, e como uma tentativa de homicídio. E ali ela começou a busca por esses direitos que hoje, a gente vem defendendo muito, e vamos defender, a gente precisa defender. E já para finalizar, para a gente poder ir para o final da minha fala, recentemente, a gente fala muito da dependência emocional e da dependência econômica da mulher violentada. Sim, são os dois fatores que muitas vezes elas voltam atrás, nas suas decisões. A questão emocional, e aí o Instituto, no momento em que nós percebemos que a mulher, quando ela sofre uma violência, ela é tolhida, de todo tipo de sentimento que ela possa ter, nós temos dentro do Instituto psicólogas, assistentes sociais, donas de casa, indígenas, porque nós precisamos falar todas as línguas, nós precisamos chegar em todas as mulheres. Temos advogadas, defensoras públicas. E por que isso? Porque na dependência emocional, nós precisamos saber aonde direcionar nossas mulheres, onde elas podem buscar ajuda para que elas se fortaleçam, para que elas consigam se empoderar novamente, do que é ser mulher nessa sociedade. Gente, ser mulher nessa sociedade, embora todas as dificuldades que nós passamos, mas, para mim, ninguém, ninguém vai chegar aos nossos pés. Nós somos mães e só nós podemos ser mães. Isso é uma coisa maravilhosa. Então, a gente precisa se empoderar e nós precisamos da rede de apoio para poder resgatar isso da mulher. E a outra parte, que é a dependência econômica, eu li





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

recentemente, que foi aprovado já pela Câmara dos Deputados e agora pelo Senado Federal, um projeto de lei onde o Estado pagará seis meses de aluguel para aquela mulher em estado de violência que terá que se afastar do lar. Porque isso é uma coisa que nós ainda não temos bem estruturado no nosso Estado. Nós temos mulheres que, por exemplo, em Dourados, nós não temos a casa da mulher em Dourados, então, nós não temos para onde levar essas mulheres, e muitas delas, com a vergonha que elas estão passando, elas não querem ir para casa de familiares. Então, nós precisamos ter, sim, uma política para que acolha essa mulher que precisa desse apoio econômico nesses primeiros meses. E esse projeto de lei, então, fará alteração na Lei Maria da Penha, com pagamento de aluguel de até seis meses para essa mulher. Isso realmente é um avanço. Por fim, eu quero colocar, eu vi, acho que tem gente da Polícia Militar, alguém aí. Isso. Eu não sei se aqui tem, mas nós, na semana passada, inauguramos a Sala Lilás, que faz parte de um lindo projeto da Polícia Militar, que é sobre o Promuse, que é um programa da Mulher Segura, onde os policiais da Polícia Militar estão sendo capacitados e habilitados para o atendimento das ocorrências de violência contra a mulher e, principalmente, para fazer o monitoramento das mulheres que têm aí a medida protetiva. Então, é um lindo projeto, Nós temos a tenente Denise lá, que vem nos acompanhando nessas falas que a gente tem feito ao longo desse mês de agosto, e eu acredito que Ponta Porã, se não tem, está próximo a acontecer. Muito bem, gente. Eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade, vereadora Kamila, e a todos os presentes. Obrigada. Convidamos a vereadora Kamila Alvarenga para fazer a entrega de uma flor à palestrante Dra. Daniele Eloíse Toledo. Em tempo, registramos e agradecemos a presença da senhora Flávia Passos Gabínio, que acompanha seu esposo, o vereador-presidente Candinho Gabínio, e a presença do vereador Valdecir Fernandes. Convidamos a Dra. Rayane Caroline Almeida Passos para proferir a palestra Medidas Protetivas Previstas na Lei Maria da Penha. Dra. Rayane é advogada criminalista, formada em direito pela Unigran no ano de 2012, conselheira da OAB em Dourados e Itaporã, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Dourados e Itaporã, e é membro do Instituto Mulher. Recebam a Dra. Rayane com a palestra, Medidas Protetivas Previstas na Lei Maria da Penha. Bom dia a





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

todos. Primeiramente, quero cumprimentar e parabenizar a presidente desta sessão, vereadora Kamila Alvarenga, e, em seu nome, cumprimento a todas as autoridades aqui presentes. Cumprimento também e parabenizo por este evento o presidente desta casa, vereador Candinho Gabínio. Cumprimento a minha irmã, que hoje está na plateia, Flávia Passos, e, em seu nome, cumprimento a todos da plateia presentes aqui hoje. Bom, eu estou muito feliz e muito honrada de estar aqui hoje, participando dessa audiência pública, porque eu sou advogada faz 10 anos, e desde quando eu iniciei nos quadros da OAB, desde quando eu comecei a minha carreira como advogada, eu participo de comissões dentro da OAB. Com este projeto de levar informação, orientação, visando o combate à violência doméstica. E hoje estou aqui também representando o Instituto Mulher, o qual a Dra. Daniela Toledo já falou, ele possui apenas três anos, mas nós estamos nessa luta, nesse trabalho, já faz muito mais tempo. Então, estou muito feliz de estar aqui hoje porque é minha cidade natal, sou pontaporanense. E hoje eu vou falar para vocês um pouco sobre as medidas cautelares previstas na Lei Maria da Penha. Essa lei, que por muitos é criticada, mas eu sou uma defensora dessa lei, e se não fôssemos assim, nada disso aqui teria sentido. E a parte mais importante dessa lei está nos seus artigos 23 e 24, que são os artigos que trazem as medidas cautelares, que são medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor e também medidas protetivas de urgência a ofendida. Essas medidas protetivas, muitas vezes, as pessoas não têm conhecimento que elas existem. E, por isso, a gente faz esse trabalho, levando essa orientação aos CRAS, às escolas, às empresas, para que as mulheres, e também assim os homens, saibam de todas as medidas protetivas existentes nessa lei. E essas medidas, elas existem para a mulher poder romper esse ciclo de violência que ela está vivendo. Muitas vezes, a mulher não tem essa coragem de buscar essa ajuda. E é aí que eu vejo um pouco da falha dessa lei, porque a lei traz todas as medidas necessárias para coibir essa violência. Mas existem falhas. Existem falhas na fiscalização, existem falhas a partir do momento da orientação à população, existem falhas em tudo. Acredito também que a maior falha está na pessoa da ofendida, porque muitas vezes ela não busca essa ajuda. Muitas vezes ela fica naquele ciclo de violência





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

por vários motivos, já falado aqui, seja ele patrimonial ou até mesmo emocional, ela não consegue se desligar daquele agressor, mas só que nós temos que levar essa orientação às pessoas para elas terem conhecimento dessas medidas e de todos os direitos que essa lei prevê para elas. Bom, vou começar a falar dessas medidas protetivas previstas na lei. O artigo 22 da Lei Maria da Penha traz as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor. Quais são essas medidas? Dentre elas estão a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, o afastamento do lar, a proibição de determinadas condutas, dentre elas a aproximação da ofendida e de seus familiares, contato com a ofendida e seus familiares, frequência de determinados lugares, restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores e prestação de alimentos provisórios ou provisionais. Dentre as medidas protetivas de urgência à ofendida estão: encaminhar a ofendida e seus dependentes ao programa oficial comunitário de proteção à ofendida, determinar a recondução dessa ofendida a seu domicílio, ou seja, muitas vezes essa ofendida não tem como sair da residência e ir para outra residência, ou então ela quer voltar para o seu lar. Então, neste momento, a Polícia Militar pode agir de ofício e conduzir essa ofendida a um lar que ela esteja protegida, determinar o afastamento da ofendida do lar sem prejuízo dos direitos relativos a bens, determinar a separação de corpos. Aqui é muito importante esclarecer para vocês o seguinte, no momento em que essa ofendida busca ajuda, que ela procura a delegacia da mulher requisitando essas medidas protetivas, ela pode requisitar também o direito aos alimentos provisórios, Ela pode requisitar também a divisão de bens. Isso, muitas vezes, a mulher não sabe. Muitas vezes, a mulher fica presa àquele agressor por falta de condição financeira. Ah, mas eu não tenho dinheiro para sair da minha casa. Ah, mas ele me sustenta. Ah, eu dependo dele. Mas essas medidas protetivas, elas podem ser pedidas ali no momento em que ela vai até a delegacia, e essa medida protetiva é analisada pelo juiz que vai analisar essa medida protetiva. Não precisa ser o juiz da vara civil, não precisa entrar com uma ação cível para solicitar isso. Essa medida vai ser analisada em até 48 horas. Mas, na prática, ela é analisada em até 24 horas. E o homem, o agressor, a partir do momento que ele descumpra essas medidas protetivas, ele está cometendo um novo crime. E a partir daí ele pode ser preso em flagrante. E eu digo





CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

para vocês, hoje em dia, eu como advogada criminalista, um dos únicos crimes que o agressor, que o autor ainda está ficando preso e dá prisão, é a Maria da Penha. São os crimes previstos na lei da Maria da Penha. O agressor vai lá e descumpre, o juiz determina a prisão preventiva dele. Porém, a mulher precisa buscar ajuda. Ela precisa romper esse ciclo de violência. E como buscar ajuda? Ela pode se direcionar a alguma delegacia da mulher ou alguma delegacia mais próxima. Pode ligar nos telefones 190 e também tem o 180. E já finalizando, eu já falei de todas as medidas protetivas, mas o que eu queria mostrar para os senhores? o quanto é importante a gente ter conhecimento que essas medidas podem ser solicitadas e que elas vão ser analisadas pelo juiz em 24 horas. Mas só que nós precisamos buscar ajuda, nós precisamos orientar o próximo, nós precisamos sair desse ciclo de violência, como bem falado pelas estudantes anteriores e pela Daniele, nós precisamos mais de políticas públicas para que essa lei seja aplicada como realmente ela está prevista. Então, o que eu digo para vocês, finalizando a minha fala, o caminho é longo, mas só que ele pertence a todos nós. Esse é um problema de todos nós, e nós temos que ter consciência disso. Muito obrigada. Nesse momento, uma flor à nossa palestrante, a Dra. Rayane Caroline. Convidamos agora a Dra. Mariane Cristina de Souza para a palestra Enfrentamento à Violência contra a Mulher, pela Rede Multidisciplinar de Serviços. Dra. Mariane é graduada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pós-graduada em Direito Administrativo pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduanda em Violência Doméstica para Profissionais de Segurança Pública pela Universidade Federal de Goiás. Delegada de Polícia do Estado de Mato Grosso do Sul desde 2018. Atuou em Antônio João e é titular da DAM de Ponta Porã, foi titular da DAM de Ponta Porã por três anos. Atualmente lotada na 1ª DEAM de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Com vocês, Dra. Mariane Cristine. Bom dia a todos. Bom dia. É um prazer, acho que primeiro, antes até dos cumprimentos, para mim é um prazer estar de volta a Ponta Porã. Para quem não me conhece, fui titular da DAM de Ponta Porã por três anos, saí há pouco mais de um ano, e é uma volta para casa. Ponta Porã não é, como a doutora disse, a minha cidade natal, mas é a minha cidade do coração. E me deixa muito feliz ver muitos amigos aqui, ver parte da equipe da Dam, e estar aqui





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

de volta. Então, vereadora Kamila, presidente dessa sessão, muito obrigada pelo convite, Em seu nome cumprimento, todos na casa e na mesa. O que é falar sobre violência doméstica e atendimento em rede? A gente já falou tanto sobre isso, não é, Silvana? Não é, Cleia? E era nossa briga diária. Era nossa briga, Dra. Tieli, quando a senhora chegou. E a gente falar sobre isso nunca é demais. Eu fico muito feliz aqui hoje de estar em um espaço com tantos agentes da rede de atendimento e falando sobre isso novamente, da gente falar da importância de atendimento em rede, da gente falar, e hoje eu estar aqui não só como delegada, não só como polícia, de eu estar aqui como uma das agentes de atendimento, uma das partes da rede de atendimento. Já falaram aqui, Dra. Thiele, Instituto Mulher, que eu já conhecia da época que estava aqui, advogada, primeira dama, muito bem falado sobre a rede de atendimento de Ponta Porã. E aqui, eu acredito muito, que é muito importante, não só aqui, em qualquer lugar, é a gente falar sobre isso e mostrar os serviços existentes no município. Muito feliz em saber, primeira dama, das capacitações aqui. Essa é uma demanda cada vez mais urgente, da gente capacitar as vítimas. É uma demanda que a gente ainda não tinha conseguido abraçar, e fico muito feliz em ver que o município está evoluindo, ainda não sai de mim, que ainda estamos evoluindo nisso. E hoje, aqui, como representante da DEAM, Delegacia Especializada em Campo Grande, a gente fazer esse comparativo. A gente tem uma rede lá, mas Ponta Porã não deixa a desejar enquanto rede de atendimento. A gente precisa disseminar esse conhecimento de rede. O que tem no município? A Dra. Thiele muito disse, no estado já foram mais de nove mil medidas protetivas concedidas esse ano. Só na Delegacia Especializada de Campo Grande, já foram mais de 5.300 boletins de ocorrência esse ano. Ano passado, a gente fechou em 8.500 boletins de ocorrência só na DEAM. Esse ano a gente deve bater esse recorde. E por quê? E aqui é um município também que a gente sempre foi à demanda em falar isso, que o município tem um alto volume de registros. Por quê? Porque acontece muito E nós temos debatido muito isso no cenário estadual, que Mato Grosso do Sul é o estado com mais índice, os municípios. Hoje nós temos visto que não é só porque nós temos muitos casos. E daí a importância de nós pensarmos em políticas públicas, vereadores presentes. De nós pensarmos no âmbito de que Mato





CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Grosso do Sul hoje registra corretamente os casos. Se nós já temos tantos feminicídios registrados no município e no Estado inteiro, nós registramos corretamente. Eu não consigo conceber como o Mato Grosso do Sul tem um índice proporcional de feminicídios maior do que São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo. E por que isso? Porque o Estado é mais violento? Talvez porque a gente fornece dados de qualidade. Talvez porque desde a ponta, no registro do boletim de ocorrência, desde o atendimento da polícia militar, desde o registro da delegacia, a gente consegue tipificar direito esse crime e tipificar ele como violência doméstica? A gente gera estatística. É ruim para o Estado? Com base em quê que os senhores, legislativo, executivo, fomentam políticas públicas hoje? Com dados e em dados. E se a gente tem, se a gente produz dados de qualidade para vocês, se o judiciário consegue fornecer dados de qualidade, se nós conseguimos fornecer, enquanto polícias, dados de qualidade, a gente vai conseguir gerar políticas públicas para as nossas mulheres muito melhor. Porque a gente consegue saber em que bairro está concentrado, a gente consegue saber que tipo de violência a gente tem mais, a gente consegue saber hoje com o FONAR, que é o formulário de avaliação de risco, que já é lei no Brasil, o histórico de violência dessa mulher. A gente consegue saber sobre a dependência econômica dela, a gente consegue saber sobre quantidade de filhos ou não, se são filhos daquele relacionamento, se não são, A gente já tem a demanda hoje, por exemplo, em todos os feminicídios, que conste a informação da existência de filhos. E com quem estão essas crianças? Porque a Defensoria Pública tem um programa chamado Orphans do Feminicídio, que busca trabalhar com essas crianças. Então, é ruim, às vezes, a gente ter esses dados altos. Esses dados foram o que trouxe a primeira Casa da Mulher Brasileira e o que está trazendo a segunda para o Estado. Dourados já foi aprovado, a ministra mencionou um pouco, acho que esse mês mesmo, que Dourados vai receber a segunda Casa da Mulher do Estado com foco nas mulheres indígenas. Olha o ganho que nós temos com isso. Então, acho que eu, no começo, me assustava muito com os números. Mas a gente tem que usar isso a nosso favor e ver por essa perspectiva. Se a gente consegue ter esses dados, a gente consegue trabalhar eles, sim. A gente consegue, se bem trabalhados, fazer. É a dependência econômica? É a renda dessa mulher que a





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

gente precisa atingir? São os filhos? São escolas, são transferências de filhos que a gente precisa? O que a gente precisa fazer? Em que frente a gente pode ajudar? Porque a gente sempre diz, trabalho em rede. A violência doméstica, como as colegas bem já disseram, e até para não ser repetitiva, ela é multidisciplinar. Ela é a transversalidade que a gente sempre tem dito. Por quê? porque a gente não vai acabar só na repressão. Violência doméstica não é um problema único e exclusivamente de segurança pública. Muito pelo contrário. É muito mais um problema de cidadania, é muito mais uma questão social, é uma questão de saúde pública, sim. Saúde pública tanto física quanto mental. A gente tem que falar muito sobre isso, sim. Essas mulheres precisam. Tanto que a gente sempre dizia, Cléia, Vera, que se essa mulher não tiver o suporte psicológico, às vezes até médico, psiquiátrico, ela não consegue sair. Não é à toa que a violência psicológica hoje virou um crime, porque às vezes os danos psicológicos que a violência doméstica causa na vítima são muito maiores e muito mais graves, muito mais difíceis de serem tratados, do que a violência física. Porque um hematoma, um arranhão, até mesmo um osso quebrado, 30 dias, aquela mulher consegue se curar. Mas e os danos emocionais causados? E os danos que, além dessa física, a saúde mental delas precisa muito ser trabalhada. Então, essa rede de atendimento aqui no município, muito forte, com atendimento do CREAS, com encaminhamento aos CAPs, se necessário, hospital, IML reformado, enquanto eu ainda estava aqui, delegacia de atendimento a mulher especializada, com a qual eu fico muito feliz de ver meus colegas aqui, com um trabalho incrível que eu sei que vocês têm, e a gente não pode deixar de falar isso, sempre que a gente pode. Na época que eu estava aqui, eram mais de 500 boletins de ocorrência ao ano. Não sei em quanto que já estão, já devem ter passado os 300. Então, o Promuse, Silvana está ali, representando. Tenente Coronel Guardiano estava aqui. Muito atuante no município. Agosto Lilás era um mês que a gente costumava não parar, de campanha. Porque a segurança pública, a gente tem que parar de ver como somente a parte repressiva. Eu gosto muito e sempre gostei muito de estar aqui. Estou cuidando de falar sobre isso, de ir em escolas, é uma frente, sim. Da mesma forma como a colega disse sobre o Instituto, escolas, empresas, nas nossas próprias instituições, que a gente





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

costumava dizer que a gente tem que, sim, fazer o nosso mea culpa, de falar com os policiais, sim. Ainda anteontem, a gente falou, teve uma campanha a nível nacional, a nível estadual, desculpa, da gente falar para homens e da importância da gente ter essa frente, que é muito útil. Lá em Campo Grande, a gente foi falar no CMO, reunimos um grupo bom de homens e o coronel até falou assim, nunca tinha acontecido aqui, Poxa, o CMO, para quem não conhece Campo Grande, fica a poucas quadras da DEAM. É nosso vizinho. No bombeiro, Tenente Coronel. Eu gostava de ir também. Muito feliz em ver uma mulher no comando da instituição. Muito feliz, Dra. Thieli, de ver mulheres nesses espaços em Ponta Porã. Trabalhei em Antônio João também, a gente costumava dizer lá, porque na época que eu estava, éramos eu, a prefeita, secretária de saúde, secretária de educação, éramos quase todas mulheres. A presidente da Câmara era uma mulher, a gente brincava, falava que a gente estava dominando a cidade. E eu fico muito feliz de ver, pela percepção que a gente tem de ver o problema e por tudo isso, e principalmente nessa rede. Então, já mencionei alguns. CREAS, Polícia Civil, Polícia Militar, CAPES, a Restauração de Vidas aqui, que ainda faz a restauração, que faz o abrigamento temporário dessas mulheres, muito importante. A OAB, que sempre foi uma grande parceira aqui no município. E a gente tem que continuar. Questão do trabalho, por exemplo, primeira dama, na Casa da Mulher em Ponta Porã, a casa é exemplo por estarem todos os serviços no mesmo ambiente. Então lá a gente tem delegacia, a gente tem terceira vara de violência, a gente tem promotoria, a gente tem defensoria, a gente tem Funtrab, justamente para atuar nessa frente. Por isso eu falei que me deixa muito feliz de ver o município avançando nisso. Porque a gente percebe a dificuldade de não só capacitar, como também encaminhar essa mulher ao mercado de trabalho. Então, além do setor psicossocial, que a gente tem na casa, e MOL, que foi o último serviço. Então a gente vê, nesse comparativo, que Ponta Porã não está deixando nada a desejar. Que a gente tem uma rede instalada aqui. Não estão todos no mesmo serviço, em forma de casa. Mas a gente tem os serviços. A gente precisa falar sobre eles e deixar o conhecimento chegar a essas mulheres. Quem trabalha com isso? Quem acionar para isso? A gente sempre dizia. Para quem que eu ligo nessa hora? Quem quer o número de socorro? Tirar





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

essa mulher da cidade? Já tiramos algumas. Vera deve se lembrar de algumas. A gente precisa, às vezes. A gente precisa tirar ela. Às vezes, só a restauração, obrigar ela na restauração não vai ser necessário. A gente vai precisar tirá-la da cidade, às vezes levá-la para perto da família, ou até para a casa de alguém mais longe. Então, o sistema funciona quando fortalecido e quando funcionado integral. Lógico, aí a gente tem que ter outra atenção da transversalidade. E aqui no município é muito importante isso. Era um trabalho que a gente tentava muito, trabalhar com os indígenas, com as mulheres indígenas, É uma realidade nossa. A DEAM Dourados foi a primeira do Estado a receber uma intérprete indígena. Olha a importância disso. Estamos tentando conseguir na Casa da Mulher Brasileira agora. Pela primeira vez em Campo Grande, a gente fez ação nas aldeias urbanas de Campo Grande. Nunca tinha tido. E por quê? Porque, sinceramente, a gente tem que sair da nossa sala, a gente tem que sair, eu tenho que sair da delegacia, o PM tem que sair do quartel, nós temos que sair do nosso conforto e ir até lá. Aqui a gente costumava fazer, né, vereadora, no assentamento Itamaraty, Sanga Puitã. A gente sabe que é difícil que essas mulheres venham aqui para os serviços da rede, então por que não levar um pouquinho dos serviços lá, às vezes. Dói tanto assim? Sair da sua bolha e ver do que eles estão precisando, qual é a demanda deles? O assentamento do Itamaraty aqui era uma grande demanda da Dam. E acredito que continua sendo. Então, às vezes, cabe sim a nós enxergarmos essa necessidade trocarmos o sapato e a roupa e irmos até lá. E conhecer essa demanda. Todos juntos. Porque, como eu disse, o boletim de ocorrência, a medida protetiva, muitas vezes não vai funcionar sozinha. Para a gente conseguir, os estudos dizem que a mulher demora de até 9 a 10 anos para romper com o ciclo de violência que a Dra. Thiele mencionou, 9 a 10 anos. Então, como que a gente acelera esse processo, talvez? Oferecendo os serviços que existem no município, e juntos então, essa integração e essa rede de enfrentamento, não só de atendimento, mas de enfrentamento, sim, porque o nosso papel é estar aqui, é estar na Itamaraty falando, é estar na aldeia falando. Por quê? Existe, da gente, lógico, adequar certos serviços para certas necessidades e, por isso, a necessidade da gente estar mais perto da população e do que cada um vai precisar. Mas a gente expandir os serviços e, sim, falarmos disso num âmbito





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

multidisciplinar e transversal. Para conseguir atingir o maior número de mulheres possível. Então, como eu disse, é um grande orgulho. Eu sempre dou o exemplo de Ponta Porã quando falam, ah, mas isso só existe em Campo Grande. Espera aí. Eu tenho um exemplo muito bom, que tem, sim, serviços, mas a gente tem que conversar. Prefeitura Municipal, Governo do Estado, através de seus órgãos, deixar, às vezes, a questão de ego de lado e se conversarmos enquanto órgãos, enquanto pessoas, tentando ajudar outras pessoas. Legislativo, executivo, municipal, estadual. Porque como que a gente vai fazer sozinho? Ninguém vai mudar a vida de ninguém sozinho. Juntos a gente consegue muito mais. Então, eu acredito muito nesse trabalho. E ter parceiros para isso é importante. A gente sempre diz, a polícia não resolve sozinho, o judiciário não resolve sozinho. A medida protetiva concedida sozinha, muitas vezes não vai funcionar. Então, vamos continuar trabalhando juntos. Vamos continuar falando sobre isso, sim, não é cansativo, e expandindo o exemplo, porque o município tem, sim. É só a gente falar sobre isso e continuar fortalecendo os serviços. Então, muito obrigada pelo convite, vereadora Kamila. Como eu disse, é sempre, sim, um prazer estar aqui. É minha cidade do coração. E vamos continuar, sim. Ponta Porã tem os serviços. É só a gente seguir com eles. Muito obrigada. A vereadora Kamila Alvarenga entrega flores à Dra. Mariane, em agradecimento por esta palestra. Ainda inscrita em lista, convidamos para suas contribuições ou questionamentos a Dra. Paula Consalter, nossa primeira dama. Posso? Eu não poderia deixar de pedir, de me inscrever e pedir a palavra mais uma vez, porque enquanto todas vocês falavam, eu estava ali. É de advogada, você pega o papel e começa. E aí vai dando um faniquito, você precisa levantar e vir discutir. Ao longo de todo esse mês do Agosto Lilás, eu percebi uma constância em todas as autoridades que estiveram discutindo o tema e presentes nos inúmeros eventos que foram realizados. E esse desejo de fortalecer o trabalho em grupo. Esse desejo foi externado por inúmeros representantes das autoridades constituídas. Isso é algo que vem martelando na minha cabeça, enquanto um desses atores que estão trabalhando na busca de soluções. E aí, quando a gente olha da importância de eventos como esse, como a doutora disse, a gente precisa falar, e não é cansativo falar. E são em eventos como esse que as ideias surgem.





CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Eu quero dar exemplo para vocês. Em março, nós fizemos a audiência pública, encabeçada pela nossa amiga, pela vereadora Anny, e de lá surgiu um pedido de que fosse estendido o PROMUSE para o Itamaraty, que nós tivéssemos a presença mais forte, mais constante do PROMUSE dentro da Itamaraty, foi de uma audiência pública que esse pedido surgiu e foi numa audiência pública que esse pedido foi atendido. E o PROMUSE está lá dentro da Itamaraty. Eu menciono isso só para que vocês que estão aqui conosco percebam a importância desse tipo de evento, desse tipo de reunião. E quando a gente olha, para a nossa rede, é importante que a gente diga, a gente tem um CRES atuante, nós temos o CRAS, que é a porta de entrada, nós temos hoje a Secretaria de Educação, que sabe onde bater, para quem ligar, para quem pedir socorro, quando uma mulher que só sai de casa para levar o filho na escola, ou só sai de casa quando ela está doente, uma rede de saúde que sabe onde pedir ajuda. Por quê? porque os órgãos, os departamentos se conhecem. Porque hoje a gente tem uma política de disseminação de conhecimento. E eu concordo também com a doutora, quando a doutora diz, a gente precisa sair da bolha, a gente precisa sair do gabinete e ir para a ponta. A gente só se interessa por aquilo que a gente conhece, só dói na gente quando a gente conhece a dor do outro. Porque um ser humano que vai para a ponta, toma conhecimento do sofrimento que mulheres estão passando lá na ponta, e volta para casa e consegue dormir tranquilo, ele está com problema. Com problema sério, muito sério. E aí a gente tem que começar a se questionar se realmente é um ser humano. Então, quando a gente sai do gabinete e vai para a ponta, a gente conhece levanta dados, e daí a importância dos dados para que a gente desenhe políticas públicas efetivas não com base no achismo, mas com base em formação de qualidade. Porque nós temos uma margem de erro muito pequena. Nós não podemos errar com constância porque a gente lida com a vida do ser humano. Eu posso errar como mãe, lá dentro da minha casa. Eu estou me descobrindo como mãe, eu estou achando que faço melhor. Mas quando a gente ocupa cargos de poder, cargos que implicam, impactam na vida de terceiros, a nossa margem para erro é muito pequena. E como que a gente diminui a margem de erro? Trabalhando com base nos dados. E aí, quando a gente fala de iniciativas, e eu não poderia deixar de registrar aqui a iniciativa do nosso deputado,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

coronel Davi, a nível de Estado. O coronel Davi tem um projeto, tramitando na Assembleia Legislativa, onde ele propõe que a administração pública, que o Estado arque com pagamento de aluguel, é exemplo do que está no governo federal, arque com pagamento de aluguel dessas mulheres vítimas de violência durante um certo lapso de tempo, para que elas tenham condições de se estruturar e sair dessa situação de violência. Ele tem um segundo projeto que eu acho extrema relevância também, e a gente apoia, no sentido de inserir na grade curricular, na grade das escolas, e aí vem a importância da gente trabalhar na conscientização dos nossos jovens, das nossas crianças. Porque, sim, nós precisamos falar com os agressores, mas a gente precisa trabalhar na ponta para prevenir que eles se tornem agressores também. E o coronel Davi apresentou um projeto para tornar obrigatório e incluir no currículo escolar, a violência contra a mulher, para que isso seja abordado também lá na ponta. Aqui em Ponta Porã nós temos também o acolhimento das mulheres por meio do Instituto Avon. Essas mulheres, embora a gente não tenha a casa da mulher, e conversava há pouco com a vereadora Lourdes, da importância de que a gente trabalhe junto ao governo federal para trazer para Ponta Porã, a exemplo do que vai acontecer com Dourados, uma casa de atendimento à mulher. Mas enquanto nós não temos isso, nós precisamos trabalhar com os recursos que nós temos e desenhar políticas públicas com ações exequíveis. Daí a importância dessa parceria com o Instituto Avon, que acolhe essas mulheres em rede hoteleira do município. A rede não é divulgada por questão de segurança. Mas é importante que vocês que estão aqui, que são formadores de opinião, que nos ajudem a disseminar esse conhecimento. Há uma estrutura para acolhimento dessas mulheres. E como eu disse no começo da minha fala, que espaços de debate como esse devem servir para pensar soluções, porque aqui nós temos várias perspectivas. Nós temos a PM com a sua perspectiva, o Judiciário com a sua, a DAM com a sua, o Legislativo, o Executivo. São vários atores com um olhar, com um filtro diferente para o mesmo problema, que podem pensar em conjunto as soluções para esses problemas. Eu gostaria de propor aqui, apresentar uma sugestão de que a gente crie no município de Ponta Porã um grupo de trabalho composto por esses vários atores. Por quê? O meu amigo Guardiano, na audiência pública da abertura do Agosto Lilás, ele





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

disse, a gente devia se encontrar com mais frequência para discutir isso aqui. Mas se a gente não tiver isso sistematizado, racionalizado, com um grupo de trabalho criado, para que a gente, de modo periódico, se encontre para debater, para pensar soluções, isso vai ficar só no campo das ideias. A gente precisa sair do campo das ideias e ir para o campo da ação. Então eu proponho aqui que a gente crie em Ponta Porã esse grupo de trabalho, com a participação do Judiciário, Defensoria Pública, que está aqui representada pelo nosso defensor, pela DAM, pela PM, pelo Corpo de Bombeiros, pelo Legislativo, pelas várias secretarias envolvidas nesse problema, e que a gente chegue no ano que vem, no agosto, Lilás, e consiga apresentar os resultados positivos do trabalho desenvolvido por esse grupo de trabalho. É um desafio que eu lanço aqui. Eu me coloco à disposição para ajudar a organizar esse grupo de trabalho, para ajudar a organizar, sistematizar, e, se me permitirem, serei uma participante ativa dele. Convido o Instituto da Mulher também para que a gente possa debater se valer da experiência de vocês, lá em Dourados, para pensar em outras ações que possam ser implementadas aqui em Ponta Porã. Você arrumou para a sua cabeça, Dani. Porque eu vou ficar agora te Pentelhando. Porque a gente precisa se valer das experiências das pessoas envolvidas para pensar soluções. Porque há uma máxima que o Edu sempre coloca, Quando a gente faz alguma coisa sozinho, ele não é grande. A administração pública, a prefeitura de Ponta Porã não faz sozinho, mas juntos nós podemos fazer grandes coisas e alcançar grandes feitos. E é isso que eu proponho nessa audiência pública, que a gente siga juntos, efetivamente com esse grupo de trabalho formalmente constituído. Eu agradeço a oportunidade de falar novamente e peço desculpa por me estender um pouco mais, mas eu não deixaria passar essa oportunidade, não por mim, mas pelas inúmeras mulheres que precisam de voz. Obrigada. A vereadora Anny Espínola se inscreveu em lista e pede fala. Senhoras e senhores, bom dia. É muito bom quando vemos homens na plateia. Isso enobrece o nosso trabalho. Eu gostaria de parabenizar a vereadora Kamila Alvarenga por presidir esta nobre audiência por um tema tão relevante. Nós estamos hoje finalizando a campanha Agosto Lilás, que todos sabemos que é uma campanha de conscientização e mobilização para que possamos sensibilizar esta situação que tanto, assim como foi falado já aqui em dados estatísticos, de que Mato





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Grosso do Sul tem o seu destaque por esta causa. Infelizmente, mas também observamos que pela seriedade do trabalho e pelos registros bem feitos em rede. Ressaltando aqui que todas as vezes que nos mobilizamos, e nós já fizemos isso muito, e me sinto imensamente feliz em ver aqui a doutora Mariane, grande parceira, em que caminhamos juntas, até como presidente do Conselho da Mulher, fizemos ações em Itamaraty, chegaríamos no APA, Enfim, fomos parados por uma pandemia, mas foi um grupo muito grande, e devemos retomar essas ações. E falar da importância desses momentos, assim como foi bem pautado pela nossa primeira dama, que após as audiências, após essas reuniões, nós sempre temos relatos de alguém que precisa de um socorro. Ontem, nós fomos fazer um trabalho de conscientização no semáforo, e ali entregando um chocolate e falando com todos que paravam nos carros sobre o agosto lilás e a importância dessa conscientização, o meu celular não parou. Então, eu acabei de mostrar para a doutora Poli uma mulher pedindo socorro por violência dentro de casa, e ela não sabendo onde recorrer, por uma prisão domiciliar, por um ataque moral, por uma dor que ela vem sentindo, e a gente foi lendo as mensagens, e a doutora Paula me diz que ela está pedindo socorro. Então, é importante não nos calarmos, é importante ativarmos as nossas ações e movimentarmos em grupo, movimentarmos em rede e movimentarmos no Estado, assim como temos presente aqui, Dourados e Campo Grande. Precisamos ir além das fronteiras, precisamos fazer uma mobilização que seja fronteira, que tenha a cara dos dois países, porque aqui nós temos uma cultura relevante em que atravessamos uma rua e estamos em outro país, que tem uma outra constituição, que tem um outro decreto, mas que precisamos unificar para salvar essas vidas. Acredito que muitas das que estão aqui são brasileiras como eu. Sempre tem um marido paraguaio ou uma esposa paraguaia casada com um brasileiro, e aí vem essas violências e corre para qual lado? Em qual cidade vai pedir socorro? Ponta Porã ou Pedro Juan? Precisamos criar, dentro deste grupo de trabalho que a senhora sugeriu, doutora Paula, que fizéssemos de uma forma binacional, que convidássemos autoridades paraguaias que estivesse conosco para que possamos, juntas, traçar um caminho melhor para as mulheres fronteiriças. Me coloco à disposição de todos e não podemos nos calar e agir somente no agosto ou somente em





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

março, como fizemos a nossa audiência, mas que possamos dar continuidade em todo esse tempo. E, assim como foi bem pautado também, nós temos a grande parceria do nosso deputado coronel Davi, que nos trouxe também uma emenda de 200 mil para que possamos dar continuidade aos trabalhos que são necessário. e não é só a mulher que precisa da renda. Nós conhecemos muitas pessoas de uma vida aparentemente tranquila, rentável, financeiramente, em que não precisa nem sair de casa para trabalhar, mas não consegue sair do ciclo de violência por conta da emoção, e deixar um marido, uma pessoa, um parceiro com quem você casa ou está junto, onde vai ser o seu aliado e venha ser o seu agressor. Então, isso perpassa a nossa economia e a nossa função social. Então, dizendo que esta Casa de Leis está sempre à disposição para somar com todos. Sem mais, agradeço a Deus pela oportunidade, que Deus nos abençoe e que possamos somar forças para cada vez trabalharmos mais unidos por esta causa. Muito obrigada. Convidamos a delegada do segundo DP, doutora Elisângela Cristaldo, para fazer suas considerações. Bom dia a todos. Me pegaram de última hora agora para falar um pouquinho sobre esse tema, que é realmente muito relevante, que a gente sempre dá à nossa cidade, nós gostaríamos de ter uma quantidade maior de policiais, então um sempre dá apoio ao outro. A minha delegacia, a 2ª ADP, sempre que precisa, a Dam, também está ajudando, como eles nos ajudam. É um tema muito relevante, eu que trabalho no plantão. Vejo que a maior parte dos flagrantes que nós atendemos é referente à violência doméstica. Devemos realmente trazer ao público, devemos procurar ajuda, não só das autoridades policiais, do judiciário, mas até conversando com a Paula, da parte existencial realmente que a gente precisa, Pelo menos, por enquanto, o que eu precisei ali do C.R.A.S., dessa ajuda. Ontem mesmo a gente conseguiu um cesta básica para uma mãe com três filhos, que acabou de sair de uma violência doméstica, que o Maurício está preso por causa disso. Então, é de todos, é uma ajuda de todos, e eu acho que, de pouquinho em pouquinho, todo mundo se ajudando, a sociedade vai chegar no nível que nós gostaríamos, que é o nível que a gente acha provável para todos, homens e mulheres, vivermos de forma amistosa. De forma mais amorosa, até porque eu vejo, conversando com a minha amiga ali, a Carolina, a gente vê que essas mulheres, elas não querem





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

muitas vezes nem ter a família dividida, elas querem os filhos próximos, o marido próximo, E muitas vezes por essa cultura machista, essa cultura de violência, que muitas vezes esses homens já vêm de casa, já viram o pai batendo na mãe. Então tem essa criação, muitas vezes a mulher aceita, porque também já viu a mãe sofrendo isso. Então todo esse trabalho que está sendo feito hoje, de a gente pensar, vamos levar para a escola. Vamos começar desde o início, vamos ensinar aos nossos filhos, vamos ensinar às nossas filhas que isso não é o normal, que o normal é a conversa mais calma, é saber se entender, saber lidar um com o outro, respeitar o outro. A mulher respeita o homem, o homem respeita a mulher, de ambas as partes. Acho que esse encontro está sendo muito válido para crescermos como todos, autoridades como pessoas para sabermos como nos ajudar. E eu também quero trazer que a Polícia Civil sempre está disposta a ajudar. Eu vejo pelo trabalho da minha colega, da Tatiana, como um dos meus colegas investigadores, que eles estão sempre prontos, que sempre o que precisa da mulher para ajudar a mulher, para levar. Eu nunca vi indisposição da casa da mulher aqui, da delegacia daqui, da delegada daqui. Então a Polícia Civil ela está disposta no que precisar, o que a primeira-dama precisar, o que a vereadora precisar, de a gente também participar e poder melhorar toda essa assistência e a diminuição e, com o tempo, quem sabe, acabar todo esse ciclo de violência contra a mulher. Está bom? Obrigada. A representante da FUNAI, Flávia, também pede a palavra. Bom dia a todas e todos. Primeiramente, eu gostaria de agradecer muitíssimo o convite da FUNAI a compor essa audiência pública, de vocês lembrarem da FUNAI, porque nós temos muita dificuldade em estar compondo os espaços. O papel da FUNAI é justamente auxiliar que as instituições consigam ter um entendimento específico, um olhar específico para os direitos indígenas. A FUNAI não substitui o papel de nenhum órgão dentro das comunidades, mas, sim, os auxilia. Esse deveria ser o nosso papel. Hoje, a FUNAI de Ponta Porã encontra-se com uma grande dificuldade na quantidade de servidores. A gente atende 15 municípios, então, não conseguimos estar em todos os espaços ao mesmo tempo. Eu sou do Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania, que é um serviço dentro da FUNAI que atua com as pautas de direitos sociais, entre elas, educação,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

saúde, violência contra as mulheres e meninas. São muitas pautas dentro de um setor. Mas eu queria me apresentar aqui para vocês e me colocar à disposição. Gostei muito das falas, gostei muito da fala da Mariane sobre os dados. A gente ainda tem uma grande dificuldade com os dados nas comunidades, o acesso às políticas públicas por parte das mulheres indígenas ainda é muito escasso. Então, a gente quer compor o GT, se esse GT for para frente, estou totalmente à disposição, ainda moro em Ponta Porã, então aqui é o município que eu tenho que estar mais presente. Não preciso nem sair de casa do município para poder compor. Esse ano eu elaborei um plano de trabalho, já no meio do ano para cá, de mapeamento das políticas públicas de atendimento às mulheres vítimas de violência nas comunidades, no intuito de estabelecer um fluxo de atendimento. Eu ainda vou visitar as instituições, daqui até o final do ano, vou visitar a delegacia, os CRAS, os CREAS e as demais instituições, para que possamos estabelecer esse fluxo. É importante que vocês saibam também, se quiserem entrar em contato comigo, para irmos adiantando diálogos, marcando reuniões, estou totalmente à disposição. É importante vocês terem lembrado da especificidade das mulheres indígenas, porque é uma demanda, a violência não é cultural, os Guarani Kaiowá buscam o bem viver, e isso não faz parte da cultura indígena. É importante saber que, assim como o machismo acomete a nossa sociedade em geral, acomete também as comunidades indígenas. Estamos aí para ajudar a combater, pensar o trabalho de prevenção, que é de extrema necessidade. Não temos que pensar em remediar, não. Temos que pensar em prevenir, em trazer um outro olhar, trazer qualidade de vida de uma forma geral. Estou muito agradecida e parableno a todos e todas, a todas as falas aqui. Infelizmente, eu preciso dizer isso, que as ações do Agosto Lilás não chegaram às comunidades também. Então, para o próximo ano, vamos pensar em Antônio João. Na Lima Campo. Eu digo aqui em Ponta Porã. Eu digo aqui no município de Ponta Porã. Então, parableno também, Cleia, o pessoal da assistência social que tem feito um atendimento quinzenal, o pessoal dos CRAS, Depois de muito apelo, começou a atender, inclusive, a aldeia Piracuaá, que antes, Ponta Porã nem sabia que existia. Ponta Porã está de parabéns, nós estamos caminhando e, com certeza, vamos dar muitos outros passos à frente. Muito obrigada. Convidamos a presidente desta sessão, a vereadora.





CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Kamila Alvarenga, para as considerações finais. Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade e ao nosso presidente da Câmara Municipal, que é o que propôs esta audiência pública, e eu estou presidindo atualmente, porque ele está com licença médica. Agosto Lilás é um mês alusivo, onde se fala muito sobre a violência contra a mulher, mas ele tem que ser contínuo, Ele não pode só ser em agosto. Sei do trabalho em rede, que ele é feito, que Ponta Porã funciona. Toda rede que trabalha saúde, educação, assistência, tem feito o seu papel, tanto é que eu estou com a camiseta da época em que eu trabalhava na Secretaria de Assistência Social, falando sobre a violência contra a mulher. Aqui nós temos Daniele, a Instituição Restauração de Vidas, que está há mais de 10 anos atendendo, auxiliando a nossa Secretaria de Assistência Social, as mulheres que sofrem violência doméstica. A Promuse, através da Silvana, que sempre tem feito, eu vejo, acompanho um pouco, porque não conseguimos acompanhar tudo, mas os trabalhos nas escolas, no CRAS, então também bastante atuante. Nós gostaríamos que isso fosse mensalmente, para que não cansem de falar e que as pessoas também não se cansem de escutar, não normalizem mais. Sempre eu ouvia, quando criança, que briga de marido e mulher não se mete a colher. Se mete sim, porque podemos salvar vidas através disso. Temos a rede do Creas aqui. Eu tive uma breve lembrança de um momento, porque, como disse a primeira dama, nós só sentimos a dor do outro quando também já passamos. Confesso que, para mim, está sendo um pouco difícil presidir essa audiência pública, porque quem olha para uma mulher como eu, supostamente forte, não acredita que um dia também sofreu violência. Então, para mim, é muito difícil, porque, além de falar sobre isso, é a primeira vez que eu estou falando, nós nos expomos, A gente se expõe, dependendo dos olhos e da boca que te interpretam mal. Para mim é um pouco difícil, mas também acredito que chegou o meu momento de falar sobre isso, porque eu não sei de qual das falas que se antecederam à minha, não é só o vulnerável que sofre lá. É uma mulher que tem instrução, mas ela se cala porque ela tem vergonha. Mas hoje, graças a Deus, as políticas públicas estão criando essa credibilidade e essa confiança da mulher chegar e pedir ajuda, porque ela sabe que ela vai ter uma rede de atendimento que vai escutar ela. Porque, como escutei aqui, lá vem ela de novo, ela gosta de apanhar. Não,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ninguém, senhores, gosta de ser agredida. Ninguém gosta de escutar uma palavra pejorativa sobre a sua pessoa. E, se nós permitirmos isso, isso perpetua, e aí é onde vêm os ciclos repetitivos, familiares. Nós, como mães, também temos que começar, dentro da nossa casa, a quebrar esses ciclos. Eu, como mãe de dois filhos homens, não admito que gritem com a irmã ou que façam alguma coisa fora do lugar. Ali, as atribuições dos afazeres de casa é igual para todos. Então, acredito que é assim. E eu fico muito feliz, doutora Thiele, de tê-la aqui hoje conosco, porque, além de ser uma juíza da Vara Criminal, que trabalha diretamente com a violência doméstica, também é da infância, que é uma das minhas principais bandeiras, porque, sim, é na primeira infância, é trabalhando com as nossas crianças que podemos falar num futuro melhor. É agora, é hoje, é construindo hoje. Nós não estamos fazendo para colher daqui um ano, dois anos, dez anos. Nós estamos trabalhando para construir para os nossos netos, nossos bisnetos, para uma próxima geração. Então, eu estou muito feliz, um pouco nervosa, pensei que ficaria com vergonha de falar sobre esse assunto, mas achei necessário e pertinente, porque esse é o momento de encorajar outras mulheres a pedirem ajuda. Em uma dessas minhas caminhadas no corpo a corpo da gente sair da bolha, doutora Mariane, foi que eu encontrei uma mulher que me pediu ajuda e me falou sobre o ciclo de violência que ela vinha, mas ela vinha de famílias. Como ela tinha as filhas e naquela, sai da casa da mãe, porque a família também não quer que se separe. Eu lembro que na época quem era a secretária, quem era a coordenadora do CREAS, e hoje eu estou feliz, Eloise, por você estar aqui prestigiando esse momento. A Eloise era a coordenadora do CREAS, e eu liguei pedir ajuda para a Eloise, para ajudar essa moça. Mas eu me lembro muito bem que eu disse àquela moça, eu só posso te ajudar se você se permitir ajudar e você confiar no nosso trabalho. E o trabalho foi feito. A Eloise, como coordenadora, encaminhou ela para a equipe técnica que, na época, quem era a psicóloga que a atendeu, ela era a Andrea, que hoje está lá, em Goiânia, como tenente do Exército Brasileiro também, atendendo outras mulheres, que me orgulha muito. Nós conseguimos tirar aquela mulher do ciclo de violência. Demos assistência, como disse a nossa amiga Daniele, do Instituto Mulher, conseguimos, juntamente com a Assistência Social, com a Vera, dar o aluguel social por





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

um tempo, até ela sair daquele ciclo. Com todo aquele atendimento da rede, parecia que era impossível tirar aquela mulher daquele ciclo. Mas hoje ela é uma mulher que trabalha em uma empresa, está trabalhando muito bem, retornou ao estudo, e ela venceu na vida. Ela é uma vitoriosa. Ela até conseguiu se inscrever nessas casinhas, primeira dama. Eu lembro que, quando ela foi receber o título, eu chorava, eu me via nela. E via nela no sentido que nós conseguimos fazer um trabalho em rede e em equipe, porque ninguém faz nada sozinho, e a equipe é cada um fazendo a sua parte, a sua contribuição. Quero agradecer a presença do Dr. Rafael, um defensor público que sempre está presente, que mostra o que é o dever de um bom cidadão, não só ocupando o seu cargo, Dr. Rafael, sempre está presente e pronto a ajudar a nossa população. Muito obrigada por sempre estar presente. É somente isso. Quero agradecer a presença da minha mãe e quero convidar também as pessoas que estiveram presentes até agora. Tem um coffee break, Ana Maria que diz. Um lanche que seja. Então, meu, muito obrigada. Eu estou muito feliz. E que nós possamos, sim, alcançar muitas mulheres com a ajuda de todas nós que estamos nessa posição de ajudar. Somente isso. Dou por encerrada a audiência pública pelo enfrentamento contra a violência contra a mulher. Muito obrigada. E agradecer à minha equipe, que trabalhou incansavelmente, e toda a Casa Legislativa, e aos meus colegas vereadores, que estiveram presentes, e ao meu presidente, Candinho Gabínio, pela oportunidade. Agradecemos a presença de todos e desejamos um ótimo dia.

AGNALDO PEREIRA LIMA

ANNY ESPÍNOLA

BIRO BIRO

EDINHO QUINTANA

JELSON BERNABÉ

JOSÉ MENINO JR.

LOURDES MONTEIRO

VENDERLEI AVELINO

WALDECIR FERNANDES

